



Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

*A bancada de representantes na Assembleia Municipal de Faro, eleitos pelo Partido Socialista, no uso das disposições legais e regimentais em vigor, requer e apresenta para agendamento na próxima Sessão Ordinária deste órgão deliberativo, a presente **Moção de Censura ao Executivo Municipal Faro***

Tendo-se concluído já metade do presente mandato autárquico, passando 10 anos em que o atual edil o integra, agora como presidente do mesmo desde 2013 e com maioria absoluta desde 2017, o Partido Socialista assume que não é de ânimo leve que «lança mão» da figura legal da Censura ao Executivo, para chamar a atenção do agravamento que o mesmo está a impor á condução dos negócios autárquicos, nos dois últimos anos que faltam para o termino do seu mandato, possa alterar-se o «caminho» do despotismo em uso na gestão da coisa pública local passando a prosseguir o interesse geral como é função dos eleitos.

Assim e enumerando alguns dos episódios negativos mais marcantes e que fundam a presente Moção de Censura:

1. É insuportável o secretismo, o atraso na condução e falta de entrega da Auditoria à Ambifaro E.M. que foi aprovada pela Assembleia Municipal em julho de 2018, estamos em finais de novembro de 2019 e este órgão de fiscalização municipal ainda nem sinal dela. Nem a Comissão, criada na AMF, acompanha nada porque o Executivo não lhe dá conhecimento de nada. Afinal esta Auditoria já deixou de ser para o órgão municipal de fiscalização que a requereu para ser um joguete do medo do Executivo até poder ver «a luz do dia»;
2. Não se pode aceitar que depois da Aquisição de um terreno privado, por quase 2 Milhões de Euros, tendo recebido o apoio do Governo para a construção de programa habitacional no Montenegro no verão de 2011 e que a CMF se apressou a pagar, já estejamos em finais de 2019, 8 anos depois da decisão, nem sequer há concursos lançados para obras. No final do ano transato, outra vez um Governo PS, decidiu ainda complementar esse apoio, para acelerar o processo, com acordo de bonificação de juros e mais apoio à construção sem sucesso no desenrolar dos acontecimentos. Desde 2009 que a CMF não lança nem sequer um projeto de Habitação Municipal, nem justifica o dinheiro que gastou;
3. Só se compreenderá a continuada falta de ação para proteção do património municipal do Emissor Regional do Sul/RTP, se o Executivo, afinal estiver comprometido já com outro destino a dar ao mesmo, pois que em junho de 2019, o PS fez chegar ao edil farense, participação circunstanciada do processo que, pelo menos, justificaria o interesse público local em associar-se à defesa daquele terreno em benefício de equipamentos públicos, espaços verdes, habitação jovem, em vez de permitir a sua negociação imediata para especulação imobiliária como aconteceu. Perguntamos, insistimos, voltamos a questionar sobre que ações, intenções da autarquia, sem resposta;

4. Esta maioria PSD/PP é inconsequente pois fez saber da intenção de promover a Candidatura de Faro a Capital Europeia Cultura, mas durante estes 5 anos, com acentuado declínio nestes dois últimos, o secretismo, a falta de estratégia, de participação pública ativa aumentou na gestão deste processo que afinal serviu apenas para o PSD/PP fazer o que faz em relação a tudo – anúncios, mas coloca em causa não apenas o sucesso da mesma mas também o nome de todos os farenses e brio no nosso património coletivo;
5. O PSD é irresponsável pois anuncia que também defende a criação do Corpo de Polícia Municipal, cuja proposta o PS apresentou, mas a falta de sentido de defesa concreta dos interesses das populações mantêm-se apenas porque a ideia não foi sua ao mesmo tempo que se não lhe conhece nenhum ato de defesa ou interesse prático para melhorar a eficácia das mesmas forças de segurança pública;
6. Este Executivo é perdulário pois que nem candidatou a nova Ponte a comparticipação comunitária, desde 2011, em tempo ainda do anterior Quadro de fundos da EU, nem acerta nos cálculos do projeto da sua responsabilidade e faz perigar o regular funcionamento dos mercados públicos, ao que o Governo aceitou fazer associar os meios de comparticipação próprios da Polis – Ria Formosa. Ainda assim a CMF decide aumentar a sua comparticipação, com o dinheiro que deveria ser canalizado para outros projetos no município;
7. É inaceitável que à oposição seja sonegada informação relevante sobre os projetos municipais, como seja o projeto do parque Campismo, pronto desde 2016, ou das novas rotundas, agora anunciadas. Ou que quando esta propõe a redução sustentada e justificada das taxas do IMI e derrama do IRC, o PSD/PP inviabiliza-as com a sua maioria absoluta, mas depois vem apresentar as mesmas propostas. É a soberba travestida de democracia local em Faro;

Muitos outros temas confirmam o desnorte, o dispêndio público exorbitante e depois o retrocesso. Se a oposição faz pergunta são impertinentes. Se apresentamos propostas à discussão, como para o apoio ao arrendamento ou para Orçamento Participativo e Escolar; ou para o plano de estrutura verde; de manuais gratuitos para os estudantes, de apoio ao arrendamento; ou medidas de apoio à pessoa sem-abrigo; maior mobilidade e acessibilidade, nada merece interesse da maioria.

Da revisão do PDM deixámos de ouvir falar, é navegação à vista, em segredo e para as calendas, para ninguém desconfiar.

A maioria no Executivo de Faro tem que parar de continuar a usar dinheiro que arrecada dos municípios em impostos e taxas locais para dissimular os problemas que vão criando na Câmara e para tapar os buracos de gestão das suas participadas.

Faro precisa de esperança!

Os eleitos PS na Assembleia Municipal,

Dr. Manuel António da Luz

14.11.2019

Susana Soares

Manuel

Luís Teófilo

João António

Sebastião